

MARCELO BEDONI

DIREITO AMBIENTAL E DIREITO CLIMÁTICO

2ª EDIÇÃO

Intersecções entre Meio Ambiente
e Sistema Climático no Ordenamento
Jurídico Brasileiro

EDITORA LUMEN JURIS
RIO DE JANEIRO
2025

Sumário

Introdução	1
1 A caracterização do bem jurídico a ser protegido pelo direito ambiental e direito climático e suas interações.....	5
1.1 Mudanças climáticas como um problema científico.....	5
1.2 Mudanças climáticas como um problema social.....	13
1.3 Mudanças climáticas como um problema jurídico.....	19
1.3.1 O direito e seus papéis frente às mudanças climáticas	19
1.3.2 A abordagem jurídica das mudanças climáticas entre tratados, leis e litígios climáticos.....	25
1.3.3 Ramos jurídicos e as mudanças climáticas.....	28
1.3.4 Três abordagens sobre a autonomia do direito climático	31
1.3.5 Crítica de Mayer: “erudição crítica” x “estudos mainstream”	36
1.4 Mudanças climáticas: um problema ambiental ou um problema disruptivo?	37
1.4.1 Mudanças climáticas como um problema de segunda dimensão	40
1.4.2 Mudanças climáticas como um problema disruptivo	41
1.4.3 Semelhanças e divergências nas duas formas de enxergar o mesmo problema	43
1.5 Bem jurídico do direito ambiental e do direito climático	44
1.5.1 Conceito jurídico de meio ambiente	44
1.5.2 Conceito jurídico de sistema climático	51

1.6 Relação entre meio ambiente e sistema climático no ordenamento jurídico brasileiro.....	55
1.6.1 Direitos e deveres fundamentais de proteção ao meio ambiente e ao sistema climático	55
1.6.2 O sistema climático previsto na legislação ambiental	62
1.6.3 O meio ambiente previsto na legislação climática	65
1.7 Interação do meio ambiente com o sistema climático na litigância climática	66
1.7.1 Proteção do meio ambiente na litigância climática.....	66
1.7.2 Diferenciação pioneira entre litígio ambiental e litígio climático no Poder Judiciário brasileiro	70
1.8 Direito climático, direito ambiental e direito ecológico	72
2 Meio ambiente e sistema climático: jurisdição, objetivos, princípios e instrumentos	75
2.1 As normas jurídicas ambientais e climáticas entre o nível nacional e internacional	76
2.1.1 Fases do regime internacional do meio ambiente e das mudanças climáticas	76
2.1.2 Regime internacional das mudanças climáticas: Convenção-Quadro, Protocolo de Quioto e Acordo de Paris....	79
2.1.3 Pareceres consultivos sobre mudanças climáticas em tribunais internacionais	86
2.1.4 Natureza jurídica da Contribuição Nacionalmente Determinada	89
2.1.5 Obrigações coletivas do Acordo de Paris	93
2.2 Objetivos do direito ambiental e do direito climático	96

2.2.1 Sustentabilidade ambiental e desenvolvimento sustentável	96
2.2.2 Desenvolvimento sustentável e mudanças climáticas.....	101
2.2.3 Neutralidade climática	103
2.2.4 Adaptação climática.....	114
2.2 Princípios do direito ambiental e do direito climático.....	121
2.2.1 Conceito de princípios e diretrizes para a delimitação dos seus conteúdos.....	121
2.2.2 Funções e a importância dos princípios jurídicos para o direito ambiental e direito climático	124
2.2.3 Princípio da precaução	125
2.2.4 Princípio das responsabilidades comuns, porém diferenciadas	129
2.2.5 Princípio de não causar dano	136
2.2.6 Princípio do poluidor-pagador.....	138
2.2.7 Princípio da equidade intergeracional	141
2.2.8 Princípio da integridade do sistema climático.....	147
3 Intersecções entre direito ambiental e direito climático.....	149
3.1 O direito climático é um ramo da emergência	149
3.1.1 Emergência climática nos Municípios: análise do Decreto n. 33.080/2019 de Recife.....	151
3.1.2 Emergência climática nos Estados: análise da Lei n. 2.115/2025 de Roraima.....	153
3.1.3 Emergência climática nacional: ainda uma proposta.....	156
3.1.4 Princípio da emergência climática	159

3.2 O direito climático é um ramo jurídico da transição e da transformação	161
3.2.1 Da estacionariedade para o transicionalismo	161
3.2.2 Direito climático é a transição entre o direito ambiental de hoje e o direito ambiental de amanhã	163
3.2.3 A transformação do mundo por causa das mudanças climáticas	165
3.2.4 Pacto pela Transformação Ecológica	167
3.3 Direito fundamental à segurança climática.....	172
3.4 Critérios para a aplicação do direito climático no ordenamento jurídico brasileiro.....	175
3.4.1 Considerar o direito ambiental como ramo geral, e o direito climático como ramo especial.....	175
3.4.2 Considerar o próprio direito climático	177
3.4.3 Considerar a evolução do direito ambiental.....	181
Considerações finais.....	183
Referências bibliográficas	187